



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 673 – 23 de fevereiro de 2022

Abrangência: 12/02/2022 a 18/02/2022

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

ATOS DO CONGRESSO NACIONAL

| Tipo/Número | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|------------------------------------|-----------------------|---|--|
| EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 116 | DOU; 18/02/2022 | Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais. | Em. Const. 116 (Site da Presidência da República) |

LEGISLAÇÃO FEDERAL

| Tipo/Número | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|-------------------|-----------------------|--|---|
| DECRETO Nº 10.965 | DOU; 14/02/2022 | Altera o Decreto nº 9.406, de 12.6.2018, que regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28.2.1967, que "Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29.1.1940. (Código de Minas)", a Lei nº 6.567, de 24.9.1978, que "Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica e dá outras providências", a Lei nº 7.805, de 18.7.1989, que "Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28.2.1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências", e a Lei nº 13.575, de 26.12.2017, que "Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nº 11.046, de 27.12.2004, e 10.826, de 22.12.2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2.5.1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28.2.1967 (Código de Mineração)". | Dec. 10.965 (Site da Presidência da República) |

| | | | |
|-------------------|--------------------|---|---|
| DECRETO Nº 10.966 | DOU; 14/02/2022 | Institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala. | Dec. 10.966 (Site da Presidência da República) |
| LEI Nº 14.291 | DOU; 15/02/2022 | Promulga partes vetadas da Lei n. 14.291 de 2.1.2022 que "Altera a Lei nº 9.096, de 19.9.1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão. | Lei 14.291 (Site da Presidência da República) |

ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

| Tipo/Número | Publicação/Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|---------------------|---|--|---|
| RECOMENDAÇÃO Nº 127 | DJE/CNJ; 17/02/2022 | Recomenda aos tribunais a adoção de cautelas visando a coibir a judicialização predatória que possa acarretar o cerceamento de defesa e a limitação da liberdade de expressão. | Recom. 127 (Site do CNJ) |
| RECOMENDAÇÃO Nº 128 | DJE/CNJ; 17/02/2022 | Recomenda a adoção do "Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero" no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. | Recom. 128 (Site do CNJ) |
| RESOLUÇÃO Nº 440 | DJE/CNJ; 16/02/2022 (<i>Republicação</i>) | Institui a Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. | Res. 440 (Site do CNJ) |

LEGISLAÇÃO MINEIRA

| Tipo/Número | Publicação/Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|--|-----------------------------|---|--|
| DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 201 | Minas Gerais; 18/02/2022 | Altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 45, de 13 de maio de 2020, que aprova a reclassificação das fases de funcionamento das atividades socioeconômicas nas macrorregiões de saúde previstas no Plano Minas Consciente e adota a Onda Roxa nas macrorregiões de saúde que especifica. | Delib. 201 (Site da ALMG) |

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| Tipo/Número | Publicação/Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|----------------|-----------------------|---|--|
| PORTARIA Nº 14 | D.O.C.; 14/02/2022 | Altera a Portaria nº 46/PRES./2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio da Covid-19, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. | Port. 14 (Site do TJMG) |

ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| Tipo/Número | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|-------------------|-----------------------|---|---|
| PORTARIA Nº 5.492 | DJE; 16/02/2022 | Constitui Grupo de Trabalho para promover estudo de viabilidade e apresentar proposta de criação do "Programa Redução de Danos", a ser implementado no âmbito da Justiça Criminal do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. | Port. 5.492 (Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 5.493 | DJE; 16/02/2022 | Revoga o inciso CXXXI do art. 1º da Portaria da Presidência nº 3.320, de 25 de abril de 2016, que "autoriza a participação de servidores no Projeto Experimental de Teletrabalho de que trata a Portaria Conjunta da Presidência nº 493, de 25 de abril de 2016". | Port. 5.493 (Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 5.494 | DJE; 17/02/2022 | Designa Juíza Coordenadora e Juíza Adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Mariana. | Port. 5.494 (Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 5.495 | DJE; 17/02/2022 | Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Abre Campo. | Port. 5.495 (Site do TJMG) |

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| Tipo/Número | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo | Acesso ao Texto Integral |
|-------------|-----------------------|---|---|
| AVISO Nº 11 | DJE; 14/02/2022 | Avisa sobre a juntada dos mandados expedidos em processos que tramitam no Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe", pelo oficial de justiça. | Aviso 11 (Site do TJ MG) |
| AVISO Nº 12 | DJE; 14/02/2022 | Avisa sobre a disponibilização de arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e de presteza no exercício jurisdicional, relativo ao período de fevereiro de 2021 a janeiro de 2022. | Aviso 12 (Site do TJ MG) |
| AVISO Nº 13 | DJE; 17/02/2022 | Avisa sobre a liberação do perfil Jus Postulandi no Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe aos cartórios extrajudiciais do Estado de Minas Gerais e a descontinuidade do Sistema PROJUDI na Vara de Registros Públicos da Capital e torna sem efeito o Aviso da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5, de 28 de janeiro de 2022. | Aviso 13 (Site do TJ MG) |
| AVISO Nº 14 | DJE; 17/02/2022 | Avisa sobre a disponibilização do uso do aplicativo mobile para o Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe", denominado PJe Mobile/Token PJe, para o perfil de Magistrado. | Aviso 14 (Site do TJ MG) |

| | | | |
|------------------------------------|---|--|---|
| AVISO Nº 35 | DJE; 14/02/2022 (<i>Republicação</i>) | Avisa sobre o registro de exercício de atividade docente, de que trata a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 34, de 24 de abril de 2007 e torna sem efeito o Aviso da Corregedoria-Geral de Justiça nº 57, de 12 de dezembro de 2016. | Aviso 35 (Site do TJ MG) |
| PORTARIA Nº 7.051 (EXTRATO) | DJE; 08/02/2022 | Prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante designada pela Portaria nº 6.902/2021. | Port. 7.051 (Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 7.052 | DJE; 17/02/2022 | Reconduz Juíza de Direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Conselheiro Pena. | Port. 7.052 (Site do TJMG) |
| PROVIMENTO Nº 399 | DJE; 14/02/2022 | Altera e acresce dispositivos do Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”. | Prov. 399 (Site do TJMG) |
| PROVIMENTO Nº 400 | DJE; 18/02/2022 | Suspende a eficácia do Provimento nº 399, de 11 de fevereiro de 2022, que “altera e acresce dispositivos do Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais” e torna sem efeito o Aviso da Corregedoria-Geral de Justiça nº 11, de 11 de fevereiro de 2022. | Prov. 399 (site do TJMG) |

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.